

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

**TIPO : Menor Preço**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 235, de 11 de julho de 2012, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 com alterações posteriores, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo menor preço, para **Registro de Preços** para eventual aquisição de materiais de expediente, encadernação e embalagens, conforme discriminações constantes no Anexo I deste Edital, em atendimento ao processo administrativo nº 14.156, de 31 de julho de 2012.

## **1. DO OBJETO**

A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de expediente, encadernação e embalagens, para atender as necessidades do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme discriminações constantes no Anexo I deste Edital.

## **2. RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS**

LOCAL: Rua Marechal Hermes, nº 751, Centro Cívico, Curitiba, Paraná  
DIA : 30 de agosto de 2012  
HORÁRIO: 9:30 horas

## **3. INTRODUÇÃO**

**3.1** Se no dia marcado para o recebimento e a abertura dos envelopes deste Pregão, por qualquer motivo, não houver expediente no Ministério Público do Estado do Paraná, estes realizar-se-ão no primeiro dia útil de funcionamento que se seguir, no mesmo horário e local.

**3.2** No local indicado serão realizados os procedimentos pertinentes a este Pregão, a saber:

- 3.2.1** o credenciamento dos representantes legais dos licitantes;
- 3.2.2** o recebimento da declaração de habilitação e dos envelopes proposta e documentação;
- 3.2.3** a abertura dos envelopes de proposta e exame de conformidade;
- 3.2.4** a divulgação das licitantes classificadas e das desclassificadas;
- 3.2.5** a condução dos trabalhos relativos aos lances verbais;

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

**3.2.6** a abertura dos envelopes de documentação das 03 (três) licitantes detentoras dos menores preços e exame da habilitação;

**3.2.7** a devolução dos envelopes documentação fechados às demais licitantes, após a assinatura da ata de registro de preços; e

**3.2.8** quaisquer outros procedimentos que se fizerem necessários à realização deste Pregão.

**3.3** As decisões do Pregoeiro serão comunicadas diretamente aos interessados durante a sessão pública, lavradas em ata, ou, ainda, a seu critério, por intermédio de ofício, com comprovação de seu recebimento. O resultado final do certame será também publicado no Diário Oficial Com. Ind. e Serviços e no site do Ministério Público do Estado do Paraná - [www.mp.pr.gov.br](http://www.mp.pr.gov.br).

**3.4** As solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnação deste Edital deverão ser efetuadas **por escrito (não serão aceitas por fax ou e-mail)**, por qualquer cidadão ou pelos interessados em participar do certame, ao Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio, **entregues diretamente** no Protocolo do Ministério Público do Estado do Paraná, localizado no Edifício Affonso Alves de Camargo, na rua Marechal Hermes, nº 751, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 18:00 horas, **até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes de proposta e documentação.**

**3.5** As respostas do Pregoeiro aos pedidos de esclarecimentos estarão disponíveis em até um dia útil no mesmo endereço e horário mencionados no item 3.4, junto à Comissão de Licitação e no site do Ministério Público do Estado do Paraná - [www.mp.pr.gov.br](http://www.mp.pr.gov.br).

#### **4. DA LEGISLAÇÃO**

O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

**4.1** Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 – Lei do Pregão;

**4.2** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores - Lei de Licitações;

**4.3** Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007 – Lei Estadual sobre Licitações e Contratos Administrativos;

**4.4** Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

**4.5** Decreto Estadual nº 2.391, de 24 de março de 2008.

#### **5. DA MODALIDADE E DO TIPO DE LICITAÇÃO**

Trata-se de licitação na modalidade Pregão, do tipo menor preço, conforme disposto no art. 4º, inciso X, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

## **6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**6.1** Poderão participar deste Pregão quaisquer licitantes que:

**6.1.1** detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

**6.1.2** atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital;

**6.1.3** comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos no Capítulo DA DOCUMENTAÇÃO;

**6.1.4** manifestem formalmente o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital, inclusive no que se refere aos custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas que são de responsabilidade exclusiva da licitante.

**6.2** Não poderão participar deste Pregão:

**6.2.1.** consórcios de empresas, quaisquer que sejam suas formas de constituição;

**6.2.2** empresas que estejam suspensas de participar de licitações;

**6.2.3** empresas que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição;

**6.2.4** empresas que tenham sócios ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou membros do Ministério Público do Estado de Paraná<sup>1</sup>;

**6.2.5** empresas que se encontrem sob falência, concordata ou recuperação judicial, dissolução, liquidação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

## **7. DO PROCEDIMENTO**

### **NORMAS GERAIS**

**7.1** No dia, horário e local estabelecidos no item 2 deste Edital serão recebidos os credenciamentos e apresentadas as declarações das licitantes dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e será aberta, pelo

---

<sup>1</sup> O art. 285 da Lei nº 6.174/70 dispõe: "Ao funcionário é proibido:

VII – enquanto na atividade, participar de diretoria, gerência, administração, conselho técnico e administrativo de empresa ou sociedade comercial ou industrial:

a) contratante ou concessionária de serviço público estadual;

b) fornecedora de equipamentos ou material de qualquer natureza ou espécie, a qualquer órgão estadual".

O art. 156 da Lei Complementar nº 85/99 dispõe: "É vedado aos membros do Ministério Público:

III – exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista."

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

Pregoeiro, a sessão pública destinada ao recebimento e abertura dos envelopes de proposta e documentação.

**7.1.1** Não será aceita, em hipótese alguma, a participação de licitante retardatária.

**7.1.2** Serão aplicadas as penalidades previstas neste Edital à licitante que fizer ou apresentar declaração falsa.

**7.1.3** Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados por cópias, desde que legíveis e autenticadas por oficial público ou devidamente acompanhadas dos originais com assinaturas devidamente reconhecidas por oficial público, para conferência, sob pena de desclassificação/inabilitação.

**7.1.3.1** Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;

**7.1.3.2** O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

**7.2** Se não houver tempo suficiente para a realização completa da fase externa deste Pregão em uma única sessão pública ou se surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dos trabalhos dar-se-á em sessão a ser convocada oportunamente.

**7.2.1** O Pregoeiro, caso entenda necessário, poderá suspender a sessão pública para analisar os documentos. Os envelopes não abertos, e rubricados no fecho, ficarão em poder do Pregoeiro e sob sua guarda até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

**7.3** Qualquer reclamação dos representantes legais das licitantes deverá ser feita durante a sessão pública, oportunidade em que será registrada na ata respectiva.

**7.4** É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente dos envelopes da proposta e da documentação, caso em que a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

**CRENCIAMENTO E DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**7.5** O representante legal de cada licitante deverá apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, apresentando carta de credenciamento (Anexo II), munido da sua carteira de identidade ou de outra equivalente e do documento que lhe dê poderes de

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

manifestação durante a reunião de abertura dos envelopes de proposta e de documentação.

**7.6** Considera-se como representante legal qualquer pessoa habilitada pela licitante, mediante a apresentação do estatuto ou contrato social, instrumento público ou particular de procuração ou outro documento equivalente, em conformidade com o item 7.1.3 deste Edital.

**7.6.1** Entende-se por documento credencial:

- a)** estatuto ou contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b)** procuração da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa se manifestar em seu nome em qualquer fase deste Pregão.

**7.7** O documento deverá dar plenos poderes ao credenciado para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso ou renunciar ao direito de fazê-lo, de representar a licitante durante a sessão pública de abertura dos envelopes de proposta e de documentação, enfim, poderes para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a este Pregão.

**7.8** O representante legal da licitante **que não se credenciar** perante o Pregoeiro ficará impedido da prática de todos os atos constantes do item anterior (7.7) e, neste caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e **será mantida a sua proposta escrita para efeito de classificação e apuração do menor preço, desde que a licitante apresente a declaração prevista no art. 4º, inc. VII da Lei 10.520/02.**

**7.9** Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.

**7.10** Os representantes credenciados deverão apresentar no mesmo ato da entrega dos envelopes 01 (um) e 02 (dois), declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, concordam na integralidade com o Edital e seus Anexos e se estão enquadrados na Lei Complementar nº 123/06, sob pena de desclassificação (Anexo III) (**apresentar declaração fora dos envelopes**).

**7.11** Iniciada a sessão pública deste Pregão não caberá mais desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

**DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES**

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

**7.12** No dia, horário e local fixados no item 2 deste Edital, cada representante legal das licitantes deverá entregar ao Pregoeiro, além do credenciamento tratado no título anterior e da declaração conforme item 7.10, a proposta escrita e a documentação em envelopes separados, fechados, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, o seguinte:

**RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:** **CNPJ:**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**  
**PROPOSTA - ENVELOPE Nº 01**

**RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:** **CNPJ:**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**  
**DOCUMENTAÇÃO - ENVELOPE Nº 02**

**7.13** Todas informações referentes a este Pregão Presencial (Atas, avisos, homologação, etc) serão publicados no *site* do Ministério Público do Estado do Paraná - [www.mp.pr.gov.br](http://www.mp.pr.gov.br).

**DAS AMOSTRAS**

**7.14** Para fins de avaliação e análise visual dos produtos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, a licitante melhor classificada, DEVERÁ, **sob pena de desclassificação**, apresentar a amostra dos lotes em que foi habilitada, logo após conclusão das fases 1 e 2 (proposta de preços e documentos de habilitação), em estrita observância às especificações contidas no Anexo I do Edital, conforme condições abaixo:

**7.14.1** O Pregoeiro e Equipe de Apoio realizarão análise visual das amostras apresentadas, verificando sua compatibilidade entre as especificações contidas no Anexo I e a proposta de preços da licitante, verificando sua conformidade e classificando ou não a licitante no referido lote. Se a amostra apresentada pela licitante que ofereceu o menor preço for desclassificada será convocada a licitante subsequente, na ordem de classificação, no respectivo lote, sem prejuízo das sanções legais pertinentes pelo descumprimento das especificações do Edital.

**7.14.2** Em caso de produtos importados, estes deverão conter etiqueta de seu importador.

**7.15** As amostras deverão estar identificadas conforme a seguir, **sob pena de desclassificação**, e entregues ao Pregoeiro e Equipe de Apoio:

**7.15.1** individualizada, ou seja, que corresponda ao mínimo solicitado no lote.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

**7.15.2** com o nome da empresa, número do Pregão Presencial e lote correspondente ao da proposta.

**7.16** As amostras aceitas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, após adjudicação dos lotes, ficarão sob a guarda do Departamento de Aquisições e Logística / Divisão de Estoque de Suprimentos – DISUPRI para fins de comparação no ato da entrega dos produtos, podendo ser deduzidas do primeiro pedido do lote a que se refere ou devolvidas aos licitantes após 15 (quinze) dias da constatação de adequabilidade, sendo que, após esse prazo, a DISUPRI não se responsabilizará por qualquer dano que a amostra venha a sofrer pela eventual demora no recolhimento.

## **8. DA PROPOSTA - ENVELOPE Nº 01**

### **CONDIÇÕES**

**8.1** A proposta deverá ser apresentada digitada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da licitante, com as seguintes informações:

**8.1.1** número deste Pregão, razão social da licitante, número de inscrição no CNPJ, telefones, fax, e-mail, endereço com CEP e a indicação do banco, da agência e do número da conta corrente para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento;

**8.1.2** indicar o prazo de validade da proposta, conforme estabelece este Edital;

**8.1.3** **apresentar o valor unitário para um ou mais lotes, de forma individualizada, em estrita observância a todas as descrições previstas neste Edital e seus Anexos, inclusive a quantidade e o preço total para cada lote**, sob pena de desclassificação.

**8.1.4** na proposta, a licitante deverá indicar a MARCA e FABRICANTE dos produtos cotados. A falta desta indicação acarretará a desclassificação do lote em questão.

**8.1.5** declaração, conforme modelo constante do Anexo V a este Edital, em cumprimento à Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02, de 16 de setembro de 2009, emitida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sob pena de desclassificação.

**8.2** Em hipótese alguma poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação ao valor, prazo de validade ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro.

**8.2.1** A falta de data ou assinatura na proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à sessão pública de abertura dos envelopes de proposta, com poderes para esse fim.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

**8.3** A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos, sendo a licitante desclassificada no lote em que ofertar de produtos com características e/ou quantidades diferentes das indicadas.

**8.3.1** Não serão aceitos produtos com mais de  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do seu prazo de validade transcorrido.

**8.4** No valor proposto já deverão estar incluídas as despesas legais incidentes, sendo esse valor de exclusiva e total responsabilidade da licitante.

**8.5** Serão desclassificadas as propostas ofertando preços superiores aos constantes do Anexo I.

**8.6** Somente serão aceitos valores com no máximo duas casas após a vírgula, sendo que quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas serão considerados como inclusos, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer outro título, devendo as aquisições serem sem ônus adicionais.

**8.7** Os participantes do presente Pregão Presencial, quando empresas paranaenses, com exceção das microempresas, das empresas de pequeno porte e dos casos de aquisição de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária, deverão apresentar suas propostas com o valor líquido, ou seja, já com a dedução do valor correspondente ao ICMS, em face da isenção prevista nos Decretos Estaduais nº 1.261, de 14/05/2003 e nº 1.546, de 04/07/2003, introduzida no item 73-B do Anexo I – Isenção do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, editados com amparo no Convênio ICMS nº 26/2003, aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ. O valor do abatimento do ICMS dispensado deverá ser demonstrado no documento fiscal (campo destinado aos dados adicionais), mediante a indicação do preço total com ICMS e da respectiva dedução.

**DO EXAME DE CONFORMIDADE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**8.8** O exame de conformidade consistirá na conferência e análise das propostas e declarações, que deverão obedecer rigorosamente ao Edital e seus Anexos, conforme modelos.

**8.9** A seleção das propostas escritas para etapas de lances se dará pela de menor valor e daquelas apresentadas com valores **sucessivos** e **superiores** em até 10% (dez por cento) em relação àquela.

**8.10** Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as propostas subsequentes de menores valores, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os valores oferecidos nas propostas escritas.



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

**8.11** Havendo empate no terceiro valor serão selecionadas todas as licitantes que tenham ofertado o mesmo valor e sorteada a ordem de oferta de lances verbais.

**8.12** As propostas serão classificadas em ordem crescente dos valores ofertados para que os representantes legais das licitantes participem da etapa competitiva, por meio de lances verbais, que deverão ser formulados de modo sucessivo, em valores distintos e decrescentes.

**8.13** Iniciada a etapa competitiva, o Pregoeiro convidará individualmente os representantes legais das licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, começando pela licitante detentora da proposta de **maior** valor e, as demais, pela ordem decrescente de valores ofertados e do sorteio que porventura tenha sido realizado em razão do empate a que se refere o item 8.11, até que não haja mais cobertura da oferta de menor valor.

**8.14** Somente serão admitidos lances verbais se expressarem valores abaixo do menor anteriormente registrado.

**8.15** A licitante que se abster de apresentar lance verbal, **quando convocada pelo Pregoeiro**, ficará excluída dessa etapa e terá mantido o seu último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.

**8.16** Caso não se realizem lances verbais pelos licitantes selecionados e a proposta de menor preço vier a ser desclassificada ou inabilitada, o Pregoeiro deverá reestabelecer a etapa competitiva de lances, obedecendo os critérios dos itens 8.9 e 8.10.

**8.17** Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do Edital e espelhe o seu valor compatível com o praticado no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar visando obter menor valor.

**8.18** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

**8.19** Quando todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá suspender este Pregão e estabelecer uma nova data, com prazo não superior a 03 (três) dias úteis para o recebimento de novas propostas.

**8.20** Dá-se por concluída a etapa classificatória das propostas e lances verbais, sendo aceitável a proposta de menor valor.

**8.21** Se a amostra não corresponder às especificações contidas no Anexo I do Edital, a proposta será desclassificada no respectivo lote.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

**9. DA DOCUMENTAÇÃO - ENVELOPE 02**

**9.1** Todas as licitantes deverão apresentar, sob pena de desclassificação, dentro do envelope nº 02 os documentos específicos para este Pregão, devendo ser entregues, de preferência, numerados sequencialmente e na ordem a seguir indicada, a fim de permitir maior rapidez na conferência:

**9.1.1** Certidão Negativa de Débito - CND, perante o Sistema de Seguridade Social (artigo 195, § 3º, da Constituição Federal);

**9.1.2** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (artigo 27, da Lei nº 8.036/90);

**9.1.3** Certidão de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal (Mobiliária e Imobiliária) do domicílio ou da sede da empresa, ou outra equivalente, consoante artigo 75, inciso III, da Lei nº 15.608/2007;

**9.1.4** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do artigo 29, inciso V, da Lei nº 8.666/93;

**9.1.5** Declaração, conforme modelo constante do Anexo IV a este Edital, em cumprimento ao disposto no artigo 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, regulamentado pelo Decreto nº 4.358/2002, que deverá ser assinada pelo representante legal da empresa licitante;

**9.1.6** Comprovante de nomeação de administradores residentes no País, em caso de sociedade controlada por empresa estrangeira;

**9.1.7** Certidão da Junta Comercial, em caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com todas as alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da Ata de Eleição de seus administradores; ou Certidão do Cartório de Títulos e Documentos, quando se tratar de sociedade simples e sociedade civil.

**9.1.7.1** Os documentos mencionados no item 9.1.7 podem ser substituídos por Certidão Simplificada da Junta Comercial, desde que constem os nomes dos representantes legais do licitante e o ramo de atividade, com data de expedição não superior a um ano.

**9.2** Todos os documentos devem estar datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias que antecedem a data de abertura do Envelope nº 1, quando não tiverem prazo estabelecido pelo órgão expedidor competente.

**9.2.1** Não se enquadram no prazo de que trata o item anterior os documentos cuja validade é indeterminada.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

**DO EXAME E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS**

**9.3** Concluída a etapa classificatória das propostas e lances verbais, e sendo aceitável a proposta de menor valor, o Pregoeiro dará início à fase de habilitação com a abertura do envelope contendo a documentação das 03 (três) licitantes de melhor oferta, confirmando as suas condições de habilitação.

**9.4** Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante que tenha apresentado a melhor oferta será declarada vencedora.

**9.5** A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope de documentação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com irregularidade, será inabilitada, sem prejuízo da aplicação, no que couber, das penalidades aqui previstas e demais cominações legais.

**9.5.1** Não será admitida complementação de documentos posteriormente à sessão.

**9.5.2** Fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento dos documentos também podem inabilitar a licitante.

**10. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO E DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

**10.1** Cabe ao Pregoeiro durante a realização deste Pregão:

**10.1.1** coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

**10.1.2** receber, examinar e decidir as impugnações ao Edital;

**10.1.3** iniciar a sessão pública do pregão;

**10.1.4** receber e examinar as credenciais e proceder ao credenciamento dos interessados;

**10.1.5** receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de habilitação;

**10.1.6** receber os envelopes das propostas e dos documentos de habilitação;

**10.1.7** proceder a abertura dos envelopes das propostas, examiná-las e classificá-las;

**10.1.8** conduzir a etapa competitiva dos lances;

**10.1.9** proceder a classificação dos licitantes depois de encerrados os lances;

**10.1.10** indicar a proposta ou o lance de menor percentual e a sua aceitabilidade;

**10.1.11** proceder a abertura dos envelopes de habilitação dos licitantes que apresentaram as 03 (três) melhores propostas e verificar a regularidade das documentações apresentadas a fim de declarar o vencedor;

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

**10.1.12** negociar diretamente com o licitante para que seja obtido valor menor;

**10.1.13** adjudicar o objeto da licitação ao licitante da proposta de menor valor, desde que não tenha havido recurso;

**10.1.14** receber, examinar, instruir e decidir sobre recursos e, quando mantida a sua decisão, encaminhar os autos à autoridade superior para deliberação;

**10.1.15** elaborar, juntamente com a equipe de apoio, a ata da sessão pública;

**10.1.16** encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a homologação e contratação;

**10.1.17** no julgamento da habilitação e das propostas, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

**10.1.18** todas as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes na sessão pública.

**10.2** Cabe ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos:

**10.2.1** decidir a respeito dos recursos contra atos do Pregoeiro;

**10.2.2** adjudicar o objeto deste Pregão à licitante vencedora, depois de decididos os recursos porventura interpostos;

**10.2.3** homologar a licitação;

**10.2.4** firmar a ata correspondente a este Pregão.

## **11. DA NEGOCIAÇÃO DIRETA COM O LICITANTE**

Em qualquer caso, mesmo depois de encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante da proposta de menor preço, no sentido de melhorar ainda mais a oferta.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO**

**12.1** A adjudicação do objeto pelo Pregoeiro somente será efetivada se não houver manifestação de alguma licitante acerca de sua intenção de interpor recurso, devidamente registrada em ata durante o transcurso da sessão pública.

**12.2** Se houver interposição de recurso contra atos do Pregoeiro, após o seu deferimento ou indeferimento, e dado conhecimento do seu resultado, a adjudicação e a homologação caberão ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

**12.3** Depois de homologada a licitação, os envelopes não abertos contendo a documentação das demais licitantes ficarão em posse do Pregoeiro, à disposição daquelas, pelo período de 10 (dez) dias úteis, após o qual serão destruídos.

**13. DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

**13.1** A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias a partir da data de recebimento e abertura dos envelopes de proposta e documentação, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o do final. Caso este prazo não esteja expressamente indicado, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

**14. DOS RECURSOS**

**14.1** Declarada a vencedora, ao final da sessão pública, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, a intenção de recorrer da decisão do Pregoeiro, através do registro da síntese das suas razões em ata, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada implicará a **decadência** do direito de recurso e, conseqüentemente, a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor pelo Pregoeiro.

**14.2** Manifestada a intenção de recorrer, será concedido prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo do recorrente.

**14.3** Será franqueada às licitantes, sempre que for solicitada, vista imediata dos autos nas dependências do Ministério Público do Estado do Paraná.

**14.4** Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões e ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos a decisão final em relação àqueles.

**14.5** A autoridade competente do Ministério Público do Estado do Paraná terá prazo de 03 (três) dias úteis para decidir o recurso e o seu acolhimento importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.6** O não acolhimento dos recursos implicará na possibilidade da autoridade competente adjudicar o objeto à licitante vencedora e homologar a licitação, devendo o adjudicatário ser convocado para retirar a nota de empenho no prazo estabelecido neste Edital.

**14.7** A licitante deverá comunicar ao Pregoeiro ou Equipe de Apoio o recurso interposto, logo após ter sido protocolizado no Protocolo Geral do Ministério Público do Estado do Paraná, situado no andar Térreo do Edifício Affonso Alves

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

de Camargo - Sede do Ministério Público do Estado do Paraná, Rua Marechal Hermes, 751, Centro Cívico, Curitiba, PR.

**15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP**

**15.1** Homologado o resultado do Pregão, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, será(ão) convocado(s) o(s) adjudicatário(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, Anexo VI que, publicada no Diário Oficial Com. Ind. e Serviços, aperfeiçoará o compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

**15.1.1** A classificação será mantida durante 12 (doze) meses, a partir da data da publicação da Ata de Registro de Preços, em conformidade com o art. 12 do Decreto Estadual nº 2.391, de 24 de março de 2008.

**15.2** Constarão da Ata de Registro de Preços as seguintes informações:

- a) identificação do processo;
- b) caracterização do objeto;
- c) identificação das empresas;
- d) planilha dos itens ofertados pelas licitantes classificadas, contendo descrição detalhada dos produtos, quantidade, marca, preço unitário e total;
- e) direitos e responsabilidades das partes.

**15.3** A Ata de Registro de Preços será lavrada em tantas vias quanto forem as empresas classificadas.

**15.4** A licitante que tenha o seu preço registrado será denominado beneficiário do registro.

**15.5** A Convocação de que trata o item 15.1 deverá ser atendida no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) vez a critério da Administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no disposto no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 150 da Lei Estadual nº 15.608/07.

**15.6** Ao assinar a Ata de Registro de Preços a empresa adjudicatária obrigará-se a fornecer os bens a ela adjudicados, com integral obediência às normas avançadas em relação aos elementos fornecidos, a responder pelo cumprimento da proposta apresentada.

**15.7** O(s) beneficiário(s) do registro e/ou a(s) licitante(s) remanescente(s), se convocada(s), deverá(ão) comprovar as mesmas condições de habilitação consignadas no Edital Convocatório, como condição para celebração da Ata de Registro de Preços.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

**15.8** Em caso de recusa ou impossibilidade do beneficiário do registro em assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando a mesma não fizer a comprovação referida no item anterior, o Ministério Público adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como convocará as licitantes remanescentes que tenham os seus preços registrados, respeitada a ordem de classificação, para contratar com a Administração, no prazo previsto no Edital e nas condições apresentadas pelo primeiro colocado, conforme o disposto no art. 10, § 3º, do Decreto Estadual nº 2.391, de 24 de março de 2008.

**15.9** Na convocação das licitantes remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do pregão, devendo o(s) convocado(s) apresentar(em) os documentos de habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da realização do Pregão.

**15.10** Durante o prazo de validade da Ata, o Ministério Público não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

## **16. DA IMPLEMENTAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**16.1** A contratação da empresa classificada, respeitados os demais critérios aqui descritos, far-se-á pelo fornecimento do objeto.

**16.2** Durante a validade da Ata de Registro de Preços a empresa contratada não poderá alegar a indisponibilidade do produto ofertado, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas no item 21 deste Edital.

**16.3** O compromisso será efetivado através da emissão de Nota de Empenho que, nas aquisições advindas do Sistema de Registro de Preços do Ministério Público do Estado do Paraná, terá força de Contrato.

**16.4** Após o recebimento da Nota de Empenho, a empresa contratada deverá atender ao solicitado e, emitir Nota Fiscal/Fatura do fornecimento efetivado, em nome do Ministério Público do Estado do Paraná, devendo o objeto ser entregue, na forma, condições e local estabelecido pela Administração.

## **17. DA DESPESA E DO VALOR MÁXIMO**

**17.1** O pagamento desta aquisição correrá, mediante a emissão de Nota de Empenho, a conta da dotação orçamentária 0960.03091434.011 - Fundo Especial do Ministério Público do Paraná - FUEMP, nos subelementos de despesa 3390.3002 – Material de Expediente; 3390.3013 – Material de Acondicionamento e Embalagem; e 4490.5201 – Aparelhos, Equipamentos e Máquinas para Uso em Escritórios.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

**17.2** O valor máximo para este Pregão é de R\$ 350.378,09 (trezentos e cinquenta mil, trezentos e setenta e oito reais e nove centavos).

**18. DA ENTREGA/RECEBIMENTO DOS PRODUTOS**

**18.1** A entrega dos bens será parcelada, em quantidades variáveis, conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária do Ministério Público. A entrega dos bens deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da Nota de Empenho e da AF – Autorização de Fornecimento, assinados pelas partes, ficando seu descumprimento sujeito às penalidades legais.

**18.1.1** Os bens deverão ser entregues na Divisão de Estoque de Suprimentos - DISUPRI, situada na Rua Modesto Picolli, 1.644, Atuba, Curitiba, Paraná, telefone: 41-3332-9771, dentro das especificações do Edital.

**18.1.2** O licitante adjudicatário deverá comunicar formalmente ao Ministério Público a data da entrega dos bens com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

**18.1.3** O objeto deve ser recebido **provisoriamente** para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações do Anexo I deste Edital e, **definitivamente**, após a verificação da qualidade e conformidade com a proposta e consequente aceitação da comissão constituída para este fim.

**18.1.4** Será considerada como data de entrega provisória aquela em que os bens foram postos nas dependências do Ministério Público.

**18.1.5** Não havendo o aceite pela comissão, a entrega não será considerada, fluindo mora a partir do término do prazo para a entrega.

**18.2** Por ocasião da entrega dos bens por parte do(s) beneficiário(s) do registro de preços, o(s) mesmo(s) sofrerá(ão) uma verificação com a amostra(s) apresentada(s), sendo recusado(s) aquele(s) que estiver(em) em desacordo com as especificações do presente instrumento ou em desconformidade com a proposta.

**18.2.1** Nos casos de recusa dos produtos pela Comissão de Aceite, as amostras permanecerão à disposição da DISUPRI até conclusão do processo administrativo instaurado visando a aplicação das sanções cabíveis, ficando fixado o prazo máximo de 15 (quinze) dias após a conclusão do procedimento para que a licitante retire as amostras. Caso as amostras não sejam retiradas nesse prazo a DISUPRI providenciará o descarte das mesmas.

**18.3** Os bens com as respectivas quantidades entregues deverão estar



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

devidamente especificadas na Nota Fiscal.

**19. DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**19.1** A Ata do Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Estadual nº 15.608/07.

**19.1.1** O(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser revisto(s) em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao Ministério Público, promover as necessárias negociações junto ao(s) fornecedor(es).

**19.2** Quando, por motivo superveniente, o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Departamento de Aquisições e Logística deverá:

**19.2.1** Convocar a empresa adjudicatária, para negociar a adequada redução do preço;

**19.2.2** Liberar a empresa adjudicatária do compromisso assumido, caso se frustrar essa negociação;

**19.2.3** Convocar os remanescentes visando igual oportunidade de negociação.

**19.3** Quando o preço de mercado tornar-se superior ao registrado e o fornecedor, mediante requerimento fundamentado, demonstrar a impossibilidade de cumprir o compromisso, a Administração poderá:

**19.3.1** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem iniciar procedimento para apurar falta que implique em aplicação de penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos apresentados e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

**19.3.2** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**19.4** Frustradas as negociações, a Administração providenciará a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

**DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**19.5** O(s) fornecedor(es) terá(ão) seu registro cancelado quando:

**19.5.1** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

**19.5.2** Não retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração do Ministério Público, sem justificativa aceitável;

**19.5.3** Os preços registrados poderão ser temporariamente suspensos ou cancelados pela Administração, nas seguintes hipóteses:

**19.5.3.1** quando se tornarem superiores aos praticados no mercado;

**19.5.3.2** por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

**19.6.** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**19.7** O(s) fornecedor(es) poderá(ão) solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovada.

## **20. DO PAGAMENTO**

**20.1** O pagamento será creditado em conta bancária do fornecedor, até o 10º (décimo) dia após o aceite dos produtos. Os documentos exigidos para HABILITAÇÃO (item 9.1) deverão estar atualizados, na data do pagamento.

**20.2** Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de valor ou a compensação financeira.

**20.3** O Ministério Público do Estado do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Pregão.

**20.4** Para efeito da emissão da Nota Fiscal, o número de inscrição no CNPJ do Ministério Público do Estado do Paraná é 78.206.307/0001-30 e o endereço é Rua Marechal Hermes, nº 751, Centro Cívico, em Curitiba, Estado do Paraná.

**20.5** O Ministério Público do Estado do Paraná reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da aceitação, o produto ofertado não estiver de acordo com as especificações apresentadas.

## **21. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**21.1** O licitante e o contratado que incorram em infrações administrativas sujeitam-se às seguintes sanções:

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

- I - advertência;
- II - multa, na forma prevista neste instrumento convocatório;
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

**21.2** As sanções previstas nos itens I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**21.3 Advertência** é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

**21.4** Fica estipulada a **MULTA MORATÓRIA** de 0,3% (três décimos percentual) por dia de atraso sobre o valor do bem atrasado quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, sobre todo o período moratório, e, decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista no item 21.5.

**21.5** Fica estipulada a **MULTA COMPENSATÓRIA** de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, a que se refere o item 21.4, hipótese em que será cancelado o pedido ou documento correspondente.

**21.6** O valor correspondente a qualquer multa aplicada à contratada, respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, em favor da contratante, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

**21.7** Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

**21.8** A multa aplicada será descontada da contratada, no caso desta ser credora de valor suficiente.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

**21.9** Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a contratada responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

**21.10** As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações cometidas.

**21.11** Os valores relativos à aplicação das multas serão retidos do pagamento da contratada, durante o processo administrativo no qual se discute a sua regular aplicação, após o qual será devolvida à contratada ou estornada do empenho respectivo.

**21.12** A aplicação da multa a que se refere o item 21.5 não impede a rescisão unilateral do contrato nem que se apliquem as demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

**21.13** A **suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração** serão aplicadas a licitante que:

**21.13.1** recusar-se injustificadamente, após ser considerada adjudicatária, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

**21.13.2** não mantiver sua proposta;

**21.13.3** incorrer em inexecução contratual.

**21.14** A aplicação da sanção prevista no item 21.13 deve observar o prazo de duração de no máximo 2 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Ministério Público do Estado do Paraná, sem prejuízo do disposto no art. 158 da Lei Estadual nº 15.608/07.

**21.15** Quando o participante for punido com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibido de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior.

**21.16** A **declaração de inidoneidade** será aplicada a quem:

**21.16.1** fizer declaração falsa na fase de habilitação;

**21.16.2** apresentar documento falso;

**21.16.3** frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

**21.16.4** afastar ou procurar afastar participante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

**21.16.5** agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;

**21.16.6** tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**21.16.7** demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em infrações à ordem econômica, definidos na Lei nº8.884/94;

**21.16.8** tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

**21.17** A declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos e produzirá seus efeitos perante o Ministério Público do Estado do Paraná e a Administração Pública Estadual.

**21.18** A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

**21.19** As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:

**21.19.1** às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios (art. 158, I da Lei Estadual nº 15.608/2007);

**21.19.2** às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior (art. 158, II da Lei Estadual nº 15.608/2007).

**PROCEDIMENTOS DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**21.20** As sanções administrativas devem ser aplicadas em procedimento administrativo autônomo em que se assegure ampla defesa, cujo procedimento deve observar o seguinte:

**21.20.1** o responsável pela aplicação da sanção deve autorizar a instauração do procedimento;

**21.20.2** o ato de instauração deve indicar os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável;

**21.20.3** o acusado dispõe de 5 (cinco) dias para oferecer defesa e apresentar as provas conforme o caso;

**21.20.4** caso haja requerimento para produção de provas, o agente deve apreciar sua pertinência em despacho motivado;

**21.20.5** quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim;

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

**21.20.6** concluída a instrução processual, a parte será intimada para apresentar razões finais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

**21.20.7** transcorrido o prazo previsto no inciso anterior, a Administração, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente, após o pronunciamento da assessoria jurídica do Ministério Público do Estado do Paraná;

**21.20.8** todas as decisões do procedimento devem ser motivadas; e

**21.20.9** da decisão cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

## **22. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**22.1** Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, desde que encaminhada a manifestação com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas.

**22.2** Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição interposta no prazo de 01 (um) dia útil, contado da data do recebimento da petição.

**22.3** Quando acolhida a impugnação deste Edital, será designada nova data para a realização do Pregão.

**22.4** A solicitação de esclarecimentos, de providências ou de impugnação deverá ser comunicada ao Pregoeiro ou Equipe de Apoio, logo após ter sido protocolizada no andar térreo do Edifício Affonso Alves de Camargo - Sede do Ministério Público, Rua Marechal Hermes, 751, Centro Cívico, Curitiba, PR.

## **23. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**23.1** O Ministério Público do Estado do Paraná poderá:

**23.1.1** anular este Pregão se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

**23.1.2** revogar a seu juízo se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

**23.1.3** transferir a data de abertura dos envelopes de proposta e de documentação.

**23.2** Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei nº 8.666/93.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**

**23.3** A declaração de nulidade do contrato administrativo retroage impedindo os seus efeitos jurídicos e desconstitui os já produzidos.

**23.4** A presente licitação poderá ser revogada, a critério da Administração, nos termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/93, por razões de interesse público, como apresentar o licitante vencedor preço superior ao de mercado, salvo se promover a adequação/redução do preço; ou ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante parecer escrito e fundamentado, visando resguardar o interesse da Administração, sem que aos licitantes assista o direito à indenização de qualquer espécie, ressalvado o disposto no artigo 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

#### **24. DOS ANEXOS**

**24.1** São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I – Características obrigatórias;

ANEXO II – Modelo de carta de credenciamento;

ANEXO III – Modelo da declaração a ser apresentada juntamente com os envelopes 01 (proposta) e 02 (habilitação);

ANEXO IV – Modelo da declaração referente ao item 9.1.5;

ANEXO V – Modelo da declaração referente ao item 8.1.5;

ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Para conhecimento de todos, lavrou-se o presente Edital que será afixado no Ministério Público do Estado do Paraná no lugar de costume e publicado nos termos da legislação.

**PREGOEIRO**, em 16 de agosto de 2012.

**Ricardo Bueno Nunes**

Pregoeiro

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12  
ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

<b>LOTE</b>	<b>QTDE.</b>	<b>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS</b>	<b>VALOR MÁXIMO UNITÁRIO</b>	<b>VALOR MÁXIMO POR LOTE</b>
<b>1</b>	30 caixas	Alfinete para mapas, cabeça colorida na cor branca - caixa c/ 50 unidades	R\$ 2,28	<b>R\$ 68,40</b>
<b>2</b>	40 caixas	Alfinete para mapas, cabeça colorida na cor preta - caixa c/ 50 unidades	R\$ 2,28	<b>R\$ 91,20</b>
<b>3</b>	30 caixas	Alfinete para mapas, cabeça colorida na cor amarela - caixa c/ 50 unidades	R\$ 2,36	<b>R\$ 70,80</b>
<b>4</b>	30 caixas	Alfinete para mapas, cabeça colorida na cor azul - caixa c/ 50 unidades	R\$ 2,36	<b>R\$ 70,80</b>
<b>5</b>	30 caixas	Alfinete para mapas, cabeça colorida na cor laranja - caixa c/ 50 unidades	R\$ 2,15	<b>R\$ 64,50</b>
<b>6</b>	30 caixas	Alfinete para mapas, cabeça colorida na cor verde - caixa c/ 50 unidades	R\$ 2,36	<b>R\$ 70,80</b>
<b>7</b>	30 caixas	Alfinete para mapas, cabeça colorida na cor vermelha - caixa c/ 50 unidades	R\$ 2,36	<b>R\$ 70,80</b>
<b>8</b>	200 unid.	Almofada para carimbo nº 3, cor azul - unidade	R\$ 2,38	<b>R\$ 476,00</b>
<b>9</b>	300 unid.	Almofada para carimbo nº 3, cor preta - unidade	R\$ 2,38	<b>R\$ 714,00</b>
<b>10</b>	100 unid.	Almofada para carimbo nº 4, cor azul - unidade	R\$ 2,38	<b>R\$ 238,00</b>
<b>11</b>	50 unid.	Apagador para quadro branco, 8,0 x 16,8 cm (medidas aproximadas) - unidade	R\$ 2,13	<b>R\$ 106,50</b>
<b>12</b>	35 caixas	Apontador plástico para lápis nº 2, diâmetro de entrada 8 mm (aproximadamente) - caixa com 24 unidades	R\$ 51,42	<b>R\$ 1.799,70</b>
<b>13</b>	60 caixas	Arquivo AZ, lombo estreito, tamanho ofício - caixa com 28 unidades	R\$ 108,22	<b>R\$ 6.493,20</b>



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12  
ANEXO I**

<b>LOTE</b>	<b>QTDE.</b>	<b>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS</b>	<b>VALOR MÁXIMO UNITÁRIO</b>	<b>VALOR MÁXIMO POR LOTE</b>
<b>14</b>	100 caixas	Arquivo AZ, lombo largo, tamanho ofício - caixa com 20 unidades	R\$ 84,20	<b>R\$ 8.420,00</b>
<b>15</b>	150 fardos	Arquivo morto em plástico polionda, medidas aproximadas 380 cm x 175 cm (base) x 290 cm (altura), cor azul - fardo com 50 unidades	R\$ 225,33	<b>R\$ 33.799,50</b>
<b>16</b>	350 unid.	Barbante de algodão cru, rolo de 250 gr - unidade	R\$ 3,21	<b>R\$ 1.123,50</b>
<b>17</b>	50 caixas	Bobina para fax 216 mm x 30 m. Impressão térmica - caixa com 20 unidades	R\$ 4,13	<b>R\$ 206,50</b>
<b>18</b>	4 caixas	Bobina para máquina de calcular 57 mm x 30 m em papel acetinado branco - caixa com 30 unidades	R\$ 16,51	<b>R\$ 66,04</b>
<b>19</b>	400 unid.	Borracha bicolor, medidas mínimas 5 cm x 1,5 cm - unidade	R\$ 0,16	<b>R\$ 64,00</b>
<b>20</b>	1300 unid.	Borracha branca macia, medidas mínimas 3 cm x 2 cm - unidade	R\$ 0,15	<b>R\$ 195,00</b>
<b>21</b>	100 unid.	Caixa de papelão capa reciclada / onda dupla, tamanho 24 cm x 30 cm (base) e 15 cm (altura) - medidas aproximadas - unidade	R\$ 2,25	<b>R\$ 225,00</b>
<b>22</b>	250 unid.	Caixa de papelão capa reciclada / onda dupla, tamanho 30 cm x 30 cm (base) e 20 cm (altura) - medidas aproximadas - unidade	R\$ 2,25	<b>R\$ 562,50</b>
<b>23</b>	750 unid.	Caixa de papelão capa reciclada / onda dupla, tamanho 34 cm x 30 cm (base) e 20 cm (altura) - medidas aproximadas - unidade	R\$ 2,36	<b>R\$ 1.770,00</b>
<b>24</b>	4500 unid.	Caixa de papelão capa reciclada / onda dupla, tamanho 40 cm x 40 cm (base) e 30 cm (altura) - medidas aproximadas - unidade	R\$ 4,65	<b>R\$ 20.925,00</b>
<b>25</b>	1500 unid.	Caixa de papelão capa reciclada / onda dupla, tamanho 43 cm x 31 cm (base) e 26 cm (altura) - medidas aproximadas - unidade	R\$ 3,07	<b>R\$ 4.605,00</b>

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12  
ANEXO I**

<b>LOTE</b>	<b>QTDE.</b>	<b>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS</b>	<b>VALOR MÁXIMO UNITÁRIO</b>	<b>VALOR MÁXIMO POR LOTE</b>
<b>26</b>	350 caixas	Caneta "marca texto" amarela - caixa com 12 unidades	R\$ 7,73	<b>R\$ 2.705,50</b>
<b>27</b>	270 caixas	Caneta esferográfica preta, corpo plástico, material transparente, latão com esfera de tungstênio, ponta grossa (Bic, Faber Castel ou similar) - caixa com 50 unidades	R\$ 22,14	<b>R\$ 5.977,80</b>
<b>28</b>	150 caixas	Caneta esferográfica azul, corpo plástico, material transparente, latão com esfera de tungstênio, ponta grossa (Bic, Faber Castel ou similar) - caixa com 50 unidades	R\$ 25,29	<b>R\$ 3.793,50</b>
<b>29</b>	35 caixas	Caneta esferográfica vermelha, corpo plástico, material transparente, latão com esfera de tungstênio, ponta grossa (Bic, Faber Castel ou similar) - caixa com 50 unidades	R\$ 25,13	<b>R\$ 879,55</b>
<b>30</b>	350 unid.	Caneta para escrita em CD / DVD, tinta a base de álcool na cor azul, secagem rápida, resistente a luz, água e umidade, com tampa removível e ponta em poliéster 2.0 mm - unidade	R\$ 1,90	<b>R\$ 665,00</b>
<b>31</b>	1000 unid.	Capa de acrílico para CD (slim case) - unidade	R\$ 0,53	<b>R\$ 530,00</b>
<b>32</b>	20 pctes	Capa em PVC para encadernação, tamanho A4, cristal fosco, 0,3 mm - pacote com 100 unidades	R\$ 21,20	<b>R\$ 424,00</b>
<b>33</b>	100 fardos	Cinta elástica na cor vinho, largura entre 3,5 cm e 5,0 cm, perímetro mínimo de 50 cm e máximo 90 cm (esticado) - impresso "Ministério Público do Estado do Paraná" em branco - fardo com 100 unidades	R\$ 65,00	<b>R\$ 6.500,00</b>
<b>34</b>	4800 caixas	Clips 3/0, galvanizado - caixa com 50 unidades	R\$ 0,88	<b>R\$ 4.224,00</b>
<b>35</b>	2000 caixas	Clips 6/0, galvanizado - caixa com 50 unidades	R\$ 1,06	<b>R\$ 2.120,00</b>
<b>36</b>	4000 unid.	Cola em bastão atóxica, a base de éter de poliglucosídeo, 20 gr - unidade	R\$ 2,55	<b>R\$ 10.200,00</b>
<b>37</b>	55 caixas	Cola líquida branca em tubo, não tóxica, lavável, 90 gr - caixa com 12 unidades	R\$ 6,01	<b>R\$ 330,55</b>

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12  
ANEXO I**

<b>LOTE</b>	<b>QTDE.</b>	<b>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS</b>	<b>VALOR MÁXIMO UNITÁRIO</b>	<b>VALOR MÁXIMO POR LOTE</b>
<b>38</b>	40 caixas	Colchete nº 09 - caixa com 72 unidades	R\$ 3,46	<b>R\$ 138,40</b>
<b>39</b>	40 caixas	Colchete nº 10 - caixa com 72 unidades	R\$ 3,88	<b>R\$ 155,20</b>
<b>40</b>	50 caixas	Colchete nº 11 - caixa com 72 unidades	R\$ 4,07	<b>R\$ 203,50</b>
<b>41</b>	50 caixas	Colchete nº 12 - caixa com 72 unidades	R\$ 5,64	<b>R\$ 282,00</b>
<b>42</b>	50 caixas	Colchete nº 13 - caixa com 72 unidades	R\$ 4,98	<b>R\$ 249,00</b>
<b>43</b>	25 pctes	Contra capa em PVC para encadernação, tamanho ofício A4, preto fosco, 0,3 mm - pacote com 100 unidades	R\$ 19,62	<b>R\$ 490,50</b>
<b>44</b>	50 caixas	Corretivo líquido à base d'água, 18 ml - caixa com 12 unidades	R\$ 9,38	<b>R\$ 469,00</b>
<b>45</b>	300 caixas	Elástico látex, largura 2 mm, perímetro mínimo e máximo: 20 cm e 80 cm (aproximadamente) - caixa com 25 g	R\$ 2,08	<b>R\$ 624,00</b>
<b>46</b>	30 pctes	Elástico látex nº 64, cor amarela, largura 6 mm e espessura 2mm (aproximadamente) - pacote com 1 kg	R\$ 28,21	<b>R\$ 846,30</b>
<b>47</b>	200 unid.	Espunjeira de plástico molha dedo em pasta 12 gr - unidade	R\$ 1,87	<b>R\$ 374,00</b>
<b>48</b>	30 caixas	Estilete plástico estreito, lâmina de 9,5 mm x 80 mm x 0,4 mm – caixa com 12 unidades	R\$ 6,50	<b>R\$ 195,00</b>
<b>49</b>	30 caixas	Estilete plástico largo, lâmina de 18 mm x 100 mm x 0,5 mm – caixa com 12 unidades	R\$ 12,29	<b>R\$ 368,70</b>
<b>50</b>	70 caixas	Extrator de grampos tipo espátula, cabo de 9 cm (aproximadamente) - caixa com 12 unidades	R\$ 4,68	<b>R\$ 327,60</b>
<b>51</b>	20 pctes	Garra de pressão, tipo baguete, 7 mm - pacote com 100 unidades	R\$ 58,50	<b>R\$ 1.170,00</b>

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12  
ANEXO I**

<b>LOTE</b>	<b>QTDE.</b>	<b>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS</b>	<b>VALOR MÁXIMO UNITÁRIO</b>	<b>VALOR MÁXIMO POR LOTE</b>
<b>52</b>	50 unid.	Filme para aparelho de fax Panasonic, modelo KX-FHD333BR, papel plano - unidade	R\$ 127,26	<b>R\$ 6.363,00</b>
<b>53</b>	200 unid.	Fita adesiva amarela "durex", 12 mm x 10 m - unidade	R\$ 0,28	<b>R\$ 56,00</b>
<b>54</b>	200 unid.	Fita adesiva azul "durex", 12 mm x 10 m - unidade	R\$ 0,28	<b>R\$ 56,00</b>
<b>55</b>	100 unid.	Fita adesiva preta "durex", 12 mm x 10 m - unidade	R\$ 0,28	<b>R\$ 28,00</b>
<b>56</b>	70 pctes	Fita adesiva transparente "durex", 12 mm x 50 m - pacote com 10 unidades	R\$ 7,30	<b>R\$ 511,00</b>
<b>57</b>	200 unid.	Fita adesiva verde "durex", 12 mm x 10 m - unidade	R\$ 0,28	<b>R\$ 56,00</b>
<b>58</b>	200 unid.	Fita adesiva vermelha "durex", 12 mm x 10 m - unidade	R\$ 0,28	<b>R\$ 56,00</b>
<b>59</b>	100 caixas	Fita adesiva transparente 48 mm x 45 m com dorso de filme em polipropileno biorientado com adesivo à base de solvente borracha e resinas sintéticas (hot melt) - caixa com 48 unidades	R\$ 116,48	<b>R\$ 11.648,00</b>
<b>60</b>	70 caixas	Fita adesiva branca 45 mm x 50 m com dorso de papel crepado e adesivo à base de solvente borracha e resinas sintéticas (hot melt) - caixa com 24 unidades	R\$ 161,92	<b>R\$ 11.334,40</b>
<b>61</b>	50 unid.	Grampeador para 100 folhas com apoio emborrachado para as mãos, base com sapata em plástico medindo 27 cm x 6 cm (medidas mínimas) - unidade	R\$ 34,50	<b>R\$ 1.725,00</b>
<b>62</b>	900 unid.	Grampeador para grampos 26/6, 20 cm (comprimento base) x 8 cm (altura) aproximadamente - unidade	R\$ 12,48	<b>R\$ 11.232,00</b>
<b>63</b>	50 caixas	Grampo galvanizado para grampeador 23/13 - caixa c/ 5000 unidades	R\$ 11,48	<b>R\$ 574,00</b>
<b>64</b>	3000 caixas	Grampo galvanizado para grampeador 26/6 - caixa c/ 1000 unidades	R\$ 1,11	<b>R\$ 3.330,00</b>
<b>65</b>	100 caixas	Grampo trançado nº 1 - caixa com 12 unidades	R\$ 1,44	<b>R\$ 144,00</b>
<b>66</b>	100 caixas	Grampo trançado nº 2 - caixa com 50 unidades	R\$ 2,74	<b>R\$ 274,00</b>
<b>67</b>	1200 pctes	Grampo trilho de plástico opaco, haste de 4 mm x 9 cm, 500 folhas (mínimo) - pacote com 50 jogos	R\$ 5,38	<b>R\$ 6.456,00</b>
<b>68</b>	80 pctes	Lacre para malote, tipo espinha de peixe, cor vermelha - pacote com 50 unidades	R\$ 5,87	<b>R\$ 469,60</b>

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12  
ANEXO I**

<b>LOTE</b>	<b>QTDE.</b>	<b>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS</b>	<b>VALOR MÁXIMO UNITÁRIO</b>	<b>VALOR MÁXIMO POR LOTE</b>
<b>69</b>	5 caixas	Lâmina larga para estilete, medidas de 1,8 x 10 cm – caixa com 12 unidades	R\$ 1,99	<b>R\$ 9,95</b>
<b>70</b>	20 caixas	Lâmina estreita para estilete, medidas de 9,5 mm x 80 mm x 0,4 mm – caixa com 10 unidades	R\$ 8,37	<b>R\$ 167,40</b>
<b>71</b>	30 caixas	Lápis borracha, 17 cm x 8 mm (medidas aproximadas) - caixa c/ 12 unidades, marcas Faber Castell, Labra, Ecole Real ou Cis	R\$ 16,38	<b>R\$ 491,40</b>
<b>72</b>	3000 unid.	Lápis preto nº 2 sextavado, 17 cm x 8 mm (medidas aproximadas) - unidade - referências Faber Castell, Labra, Ecole Real ou Cis	R\$ 0,24	<b>R\$ 720,00</b>
<b>73</b>	700 unid.	Livro ata, 100 folhas numeradas, capa dura preta - unidade	R\$ 4,95	<b>R\$ 3.465,00</b>
<b>74</b>	250 unid.	Livro de protocolo para correspondência, 100 folhas, capa dura preta - unidade	R\$ 4,17	<b>R\$ 1.042,50</b>
<b>75</b>	50 unid.	Numerador automático, tipo carbex 120 - unidade	R\$ 135,77	<b>R\$ 6.788,50</b>
<b>76</b>	200 fardos	Pacote plástico, espessura 0,10 mm, medindo 50 cm (largura) x 36 cm (altura), c/ abertura superior - fardo com 100 pacotes	R\$ 33,73	<b>R\$ 6.746,00</b>
<b>77</b>	100 fardos	Pacote plástico, espessura 0,10 mm, medindo 20 cm x 28 cm, com 2 furos - fardo com 1000 pacotes	R\$ 123,20	<b>R\$ 12.320,00</b>
<b>78</b>	10 fardos	Pacote plástico, espessura 0,12 mm, medindo 24 cm x 34 cm, com 2 furos - fardo com 500 pacotes	R\$ 86,00	<b>R\$ 860,00</b>
<b>79</b>	10 fardos	Pacote plástico, espessura 0,12 mm, medindo 40 cm x 25 cm, com 2 furos - fardo com 1000 pacotes	R\$ 154,00	<b>R\$ 1.540,00</b>
<b>80</b>	100 unid.	Papel semi-kraft para embrulho - bobina medindo 60 cm de largura, peso aproximado 13 kg - unidade	R\$ 31,50	<b>R\$ 3.150,00</b>
<b>81</b>	10 pctes	Papel almaço A4 pautado com margem - pacote com 400 unidades	R\$ 24,55	<b>R\$ 245,50</b>
<b>82</b>	10 unid.	Papelão ondulado duplo em bobina com largura de 1,2 m e 80 m de comprimento (mínimo) - unidade	R\$ 113,00	<b>R\$ 1.130,00</b>
<b>83</b>	30 bobinas	Plástico bolha, em bobina, com 1,2 m de largura x 100 m - bobina	R\$ 55,21	<b>R\$ 1.656,30</b>

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12  
ANEXO I**

<b>LOTE</b>	<b>QTDE.</b>	<b>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS</b>	<b>VALOR MÁXIMO UNITÁRIO</b>	<b>VALOR MÁXIMO POR LOTE</b>
<b>84</b>	150 caixas	Papel ofício A4, 210 x 297 mm, 75 gr, alcalino, branco - caixa com 10 resmas	R\$ 94,43	<b>R\$ 14.164,50</b>
<b>85</b>	600 caixas	Papel ofício A4, 210 x 297 mm, 75 gr, reciclado - caixa com 10 resmas	R\$ 102,50	<b>R\$ 61.500,00</b>
<b>86</b>	400 unid.	Papeleira de mesa em acrílico simples, cor fume, tamanho ofício - unidade	R\$ 8,37	<b>R\$ 3.348,00</b>
<b>87</b>	300 unid.	Pasta catálogo, capa dura, 100 plásticos, tamanho ofício, cor preta - unidade	R\$ 13,86	<b>R\$ 4.158,00</b>
<b>88</b>	150 fardos	Pasta com aba e elástico, plastificada, cor azul, tamanho ofício - fardo com 25 unidades	R\$ 19,40	<b>R\$ 2.910,00</b>
<b>89</b>	50 fardos	Pasta com grampo trilho, plastificada, cor azul, tamanho ofício - fardo com 50 unidades	R\$ 38,17	<b>R\$ 1.908,50</b>
<b>90</b>	250 unid.	Pasta documento em polipropileno (PP) texturizado, transparente, com grampo trilho, nas dimensões (aproximadas) 330 x 230 x 3,5 mm (espessura) - unidade	R\$ 1,00	<b>R\$ 250,00</b>
<b>91</b>	800 unid.	Pasta polionda com aba e elástico, tamanho ofício, cor azul, 3,5 cm de altura - unidade	R\$ 1,43	<b>R\$ 1.144,00</b>
<b>92</b>	200 caixas	Pasta suspensa em cartão Kraft, formato 36 cm x 24 cm (pasta fechada) - caixa com 50 pastas	R\$ 39,00	<b>R\$ 7.800,00</b>
<b>93</b>	500 unid.	Perfurador de papel com 2 furos, 50 folhas 75 g (mínimo), com reservatório removível na parte inferior para os picotes de papel - unidade	R\$ 33,82	<b>R\$ 16.910,00</b>
<b>94</b>	50 unid.	Perfurador de papel com 2 furos, 100 folhas 75 g (mínimo), semi-industrial, manual, estrutura metálica, com escala para ajuste de formato de papel, com reservatório removível na parte inferior para os picotes de papel - unidade	R\$ 94,23	<b>R\$ 4.711,50</b>
<b>95</b>	10 caixas	Pincel para quadro branco, cor azul - caixa com 12 unidades	R\$ 23,16	<b>R\$ 231,60</b>
<b>96</b>	10 caixas	Pincel para quadro branco, cor vermelha - caixa com 12 unidades	R\$ 23,16	<b>R\$ 231,60</b>

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12  
ANEXO I**

<b>LOTE</b>	<b>QTDE.</b>	<b>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS</b>	<b>VALOR MÁXIMO UNITÁRIO</b>	<b>VALOR MÁXIMO POR LOTE</b>
<b>97</b>	40 caixas	Pincel atômico azul - caixa com 12 unidades	R\$ 17,61	<b>R\$ 704,40</b>
<b>98</b>	50 caixas	Pincel atômico preto - caixa com 12 unidades	R\$ 17,61	<b>R\$ 880,50</b>
<b>99</b>	30 caixas	Pincel atômico vermelho - caixa com 12 unidades	R\$ 1,61	<b>R\$ 528,30</b>
<b>100</b>	30 rolos	Plástico adesivo transparente ("papel contact"), rolo de 45 cm x 25 m	R\$ 24,85	<b>R\$ 745,50</b>
<b>101</b>	500 unid.	Porta canetas, papel e clips (3 em 1) em acrílico/plástico, cor fumê - unidade	R\$ 5,37	<b>R\$ 2.685,00</b>
<b>102</b>	150 unid.	Porta carimbos em acrílico, 6 lugares, cor fumê - unidade	R\$ 6,07	<b>R\$ 910,50</b>
<b>103</b>	15 caixas	Régua graduada em plástico, 30 cm, transparente - caixa com 100 unidades	R\$ 23,20	<b>R\$ 348,00</b>
<b>104</b>	800 unid.	Tesoura 8" em aço inox com cabo plástico - unidade	R\$ 2,95	<b>R\$ 2.360,00</b>
<b>105</b>	20 unid.	Tinta p/ carimbo numerador de metal automático, cor preta - frasco c/ 15 ml	R\$ 1,64	<b>R\$ 32,80</b>
<b>106</b>	200 unid.	Tinta para carimbo 40 ml, cor azul - unidade	R\$ 1,46	<b>R\$ 292,00</b>
<b>107</b>	300 unid.	Tinta para carimbo 40 ml, cor preta - unidade	R\$ 1,46	<b>R\$ 438,00</b>
<b>VALOR TOTAL PARA ESTE PREGÃO:</b>			<b>R\$</b>	<b>350.378,09</b>

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**  
**ANEXO II**

**MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**  
**AO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2012**

Através da presente, autorizo(amos) o(a) Sr.(a)  
\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade RG  
nº \_\_\_\_\_, a participar do procedimento licitatório supra referenciado,  
na qualidade de representante de nossa Empresa. Outorgo(amos) à pessoa  
supramencionada amplos poderes para praticar todos atos inerentes ao  
certame licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº xx/2012**.  
Estou(amos) ciente(s), de que responderei(emos) em Juízo ou fora dele, se for o  
caso, por todos os atos que venham a ser praticados por este nosso  
Representante Legal.  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Diretor ou Representante Legal (**firma reconhecida**)

Nome:

RG:

Cargo:

Com relação à empresa licitante:

Endereço:

Telefone

Fac-símile:

Endereço eletrônico:

Com relação a este Representante Legal:

Endereço:

Telefone:

Fac-símile:

Endereço eletrônico:

**Observações:**

- 1) A presente deverá ser assinada pelo Diretor ou Representante Legal da Empresa, desde que a participação não seja pelo próprio titular ou titulares (Diretores), comprovado por instrumento próprio na data da Licitação;
- 2) É dever do representante zelar pelo gerenciamento e manutenção dos registros dos endereços;
- 3) A validade do presente documento é de um (01) mês, contado da data de sua assinatura.



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12  
ANEXO III**

**DECLARAÇÃO**

(MODELO)

Empresa \_\_\_\_\_, C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e concorda em sua plenitude ao Edital e seus Anexos.

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2012.

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante Legal:

Observações:

1. A validade do presente documento é de um (01) mês, contado da data de sua assinatura;

2. Sendo a licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá acrescentar no corpo da declaração acima o seguinte:

**“DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, bem como atende às determinações Instrução Normativa nº 103/07 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRL, para fins de enquadramento na condição de microempresa/empresa de pequeno porte.”**

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12  
ANEXO IV**

DECLARAÇÃO

Pregão Presencial nº 30/12 - MP/PGJ.

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Senhor \_\_\_\_\_, portador da CIRG nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no artigo 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos<sup>1</sup>.

( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz<sup>2</sup>.

Curitiba, de .....de 2012.

Empresa

Observações:

1 - as atividades proibidas aos menores de 18 anos encontram-se enumeradas no Anexo I da Portaria MTE/SIT/DSST nº 20, de 13 de Setembro de 2001, alterada pela Portaria MTE/SIT/DSST nº 4, de 21 de Março de 2002. A Instrução Normativa MTE/SIT nº 26, de 29 de Dezembro de 2001, complementa as normas contidas nos arts. 428 e seguintes da CLT, acerca do contrato de aprendizagem.

2 - em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12**  
**ANEXO V**

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

\_\_\_\_\_, (Nome do Representante legal da licitante), portador da CIRG nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, como representante devidamente constituído de \_\_\_\_\_ (Nome da empresa Licitante), inscrito no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, com Sede/Filial na \_\_\_\_\_, doravante denominado LICITANTE, para fins do disposto no **item 8.1.5 do Edital de Pregão Presencial nº xx/2012-MP/PGJ**, declara, sob as penas da lei, em especial o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Presencial nº 30/2012-MP/PGJ**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Presencial nº 30/2012-MP/PGJ**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Presencial nº 30/2012-MP/PGJ** quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Presencial nº 30/2012-MP/PGJ** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Ministério Público do Estado do Paraná antes da abertura oficial das propostas; e,
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

\_\_\_\_\_  
Nome Completo e Assinatura do Representante Legal

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12  
ANEXO VI**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – nº \_\_ / 2012**

Aos xxxxxxxx dias do mês de xxxxxxxx do ano de dois mil e xxxxx na sede do Ministério Público do Estado do Paraná, localizado na Rua Marechal Hermes, nº 751, Centro Cívico, Curitiba/PR, o Ministério Público do Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 78.206.307/0001-30, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos JOSÉ DELIBERADOR NETO, em conformidade com o resultado do Pregão Presencial nº 30/2012, devidamente homologado às fls. xxx do processo nº 14.156/2012–MP/PGJ, resolve, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei nº 10.520/02, Lei Estadual nº 15.608/2007 e do Decreto Estadual nº 2.391/2008, REGISTRAR OS PREÇOS para eventual aquisição de materiais de expediente, encadernação e embalagens, conforme especificações contidas no Anexo I deste Edital. Através da presente ata, torna registrados os preços obtidos com a proposta vencedora que passa a fazer parte integrante desta.

**I** - Os preços obtidos no presente certame ficam registrados para reger as negociações entre a empresa vencedora e o Ministério Público do Estado do Paraná, pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação desta.

**II** - Os preços registrados poderão, justificadamente, sofrer variação obedecidos os trâmites procedimentais do art. 15 do Decreto Estadual nº 2.391, de 24 de março de 2008.

**III** - Mesmo comprovada a ocorrência de fato superveniente e/ou as hipóteses previstas no citado artigo, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

**IV** - Integram esta Ata, o Edital, seus Anexos e as propostas das empresas classificadas e habilitadas.

**V** - Os Direitos e Obrigações das partes vinculam-se aos termos contidos no Edital e seus Anexos.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
JOSÉ DELIBERADOR NETO  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Empresas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_